



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E AGRÁRIAS  
DEPARTAMENTO DE LETRAS E HUMANIDADES  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

**INDISCIPLINA ESCOLAR: DAS CAUSAS AOS ENFRENTAMENTOS**

**ERICA ANTONIA DANTAS DE ANDRADE ALMEIDA**

**Catolé do Rocha  
Dezembro de 2018**

**ERICA ANTONIA DANTAS DE ANDRADE ALMEIDA**

**INDISCIPLINA ESCOLAR: DAS CAUSAS AOS ENFRENTAMENTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Letras e Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba, como um dos requisitos para obtenção do grau em Licenciatura Plena em Letras.

**Orientador (a):** Prof<sup>ª</sup> Joana Áurea Cordeiro Barbosa

**Catolé do Rocha  
Dezembro de 2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A447i Almeida, Erica Antonia Dantas de Andrade.  
Indisciplina escolar das causas ao enfrentamento [manuscrito] / Erica Antonia Dantas de Andrade Almeida. - 2018.  
28 p.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Agrárias, 2018.  
"Orientação : Profa. Dra. Joana Áurea Cordeiro Barbosa, Departamento de Letras e Humanidades - CCHA."  
1. Ensino. 2. Disciplina. 3. Motivação. 4. Atuação dos pais.  
I. Título  
21. ed. CDD 371.58

**ERICA ANTONIA DANTAS DE ANDRADE ALMEIDA**

**INDISCIPLINA ESCOLAR: DAS CAUSAS AOS ENFRENTAMENTOS**

Aprovada em: 04 / 12 / 2018 .

**BANCA EXAMINADORA**

*Joana Áurea Cordeiro Barbosa*  
Prof.<sup>a</sup> Joana Áurea Cordeiro Barbosa (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Maria Aparecida Calado de Oliveira Dantas*  
Prof.<sup>a</sup> Maria Aparecida Calado de Oliveira Dantas  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Gianny Cecília de Abrantes Pontes e Almeida*  
Prof.<sup>a</sup> Gianny Cecília de Abrantes Pontes e Almeida  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pela oportunidade de poder viver este momento de realização pessoal.

A meus pais, Luiz Dantas de Andrade (minha força e inspiração) e Maria José Dantas de Andrade, pelo apoio e confiança.

Ao meu esposo Danilo Almeida Pinheiro e a minha filha Heloísa Andrade de Almeida, a quem dedico este trabalho.

A minha orientadora Joana Áurea, por toda compreensão, paciência e ajuda na construção deste trabalho.

Aos meus irmãos Erison, Everson e Emerson, pela ajuda em horas de dificuldade.

A Dr. Germano Lacerda da Cunha e a Geralda P. da Cunha Sousa pela ajuda e apoio durante a minha formação acadêmica.

A todo o corpo docente, direção e administração desta Universidade, e a todos os que fizeram parte direta e indiretamente, meu muito obrigada.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2 (IN) DISCIPLINA, ESCOLA E DOCÊNCIA.....</b>	<b>8</b>
2.1 O que é (in)disciplina?.....	9
2.2 Causas da indisciplina .....	13
2.3 Possibilidades de enfrentamento da indisciplina .....	19
<b>3 CONCLUSÃO.....</b>	<b>24</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	

# INDISCIPLINA ESCOLAR: DAS CAUSAS AOS ENFRENTAMENTOS

## RESUMO

O presente trabalho busca oferecer considerações teóricas a respeito do conceito de disciplina e indisciplina, possíveis causas do fenômeno da indisciplina e hipóteses de enfrentamento do mesmo. Repensar a (in) disciplina na escola é uma condição indispensável de trabalho para o profissional brasileiro da educação atual, pois, mostram as estatísticas, o professor brasileiro gasta cada vez maiores quantidades de tempo chamando a atenção dos alunos. Rankings mundiais têm colocado o Brasil como líder em indisciplina escolar. O objetivo geral deste trabalho é compreender o fenômeno da indisciplina escolar, no contexto da educação básica, a partir de uma análise de estudos realizados sobre o tema. Para atingir essa meta, pretendemos: a) revisar os conceitos de (in)disciplina escolar; b) averiguar, no âmbito da literatura, suas causas e consequências e, ainda, perceber as possibilidades de enfrentamento postas na literatura. Em termos da metodologia utilizada, trata-se de um trabalho de pesquisa bibliográfica, que busca em livros e artigos os estudos já realizados sobre assunto, que podem oferecer diretrizes teóricas e práticas para o tratamento do problema da indisciplina. Constituem o embasamento teórico da pesquisa autores como Amado (2000), Vasconcellos (2009), Passos (2011) Antunes (2012) e Fevorini e Lomônaco (2009). Conclui-se que existe uma duplicidade conceitual envolvendo o tema da disciplina. Ora a disciplina é vista como obediência e silêncio da parte do aluno, decorrente da posição inferior em uma relação de poder, ora é entendida como autocontrole a ser exercido pelo estudante. Para enfrentar a indisciplina, as escolas devem assumir um trabalho voltado para a compreensão do aluno como um sujeito participativo, autônomo e capaz, e todos os integrantes do processo educativo devem privilegiar o aspecto pedagógico do trabalho da escola, e não a dimensão moralizante ou hierárquica.

**Palavras –Chave:** Ensino, Disciplina, Motivação, Atuação dos Pais.

## ABSTRACT

This work aims to offer theoretical considerations regarding the concept of discipline and indiscipline, possible causes of the phenomenon of indiscipline and hypothesis of dealing with it. Rethinking the (in)discipline in the school is an indispensable condition of work for the Brazilian professional of education, because, the statistics show, the Brazilian teacher spends more and more time attracting the attention of the students. World rankings have placed Brazil as a leader in school indiscipline. The general objective of this work is to understand the phenomenon of school indiscipline in the context of basic education, based on an analysis of studies carried out on the subject. To achieve this goal, we aim to: a) review the concepts of school (in) discipline; b) to investigate, in the context of the literature, its causes and consequences and, also, to understand the possibilities of confrontation placed in the literature. In terms of the methodology used, it is a bibliographical research that searches in books and articles the studies already done on the subject, that can offer theoretical and practical guidelines for the treatment of the indiscipline problem. Authors such as Amado (2000), Vasconcellos (2009), Passos (2011) Antunes (2012) and Fevorini and Lomônaco (2009) were used as theoretical basis. It is concluded that there is a conceptual duplicity involving the subject of the discipline. Sometimes discipline is seen as obedience and silence from the student, resulting from his inferior position in a relation of power, sometimes it is understood as self-control to be exercised by the student, being indispensable to reach any goal.

**Keywords:** Teaching, Discipline, Motivation, Parental Involvement

## 1 INTRODUÇÃO

A indisciplina escolar é definida por Amado (2000, p.3) como “um fenômeno relacional e interativo que se concretiza no incumprimento das regras que presidem, orientam e estabelecem as condições das tarefas na aula” ou “desrespeito de normas e valores que fundamentam o são convívio entre pares e a relação com o professor, enquanto pessoa e autoridade”. Segundo Golba, (2009, p. 6) “as expressões de indisciplina, na escola, estariam atreladas a alguns significados como: rebeldia, intransigência, negação e desrespeito”. De acordo com Passos (2011, p. 38) “poder-se-á ainda dizer que a indisciplina é uma manifestação do contrapoder do aluno, de modo a pressionar o professor a criar situações mais favoráveis”.

Assim, o que para alguns pode ser entendido como um mau comportamento do aluno, algo que ele traz de fora da escola, para outros, pode ser uma variável relacionada a questões pedagógicas da aula, um apelo à atenção dos professores ou reivindicação por metodologias mais eficazes.

Independente da forma como é compreendido, o estudo do fenômeno da (in)disciplina escolar é constantemente buscado por profissionais da educação à procura de melhores formas de desenvolver seu trabalho. Em experiências de estágio supervisionado e em um programa de iniciação à docência, vivenciamos o drama da indisciplina, e como ele pode ser uma fonte de frustração e desânimo para o professor. É muito comum encontrar charges, paródias, discursos e até páginas em redes sociais que, usando o recurso do humor ou mesmo demonstrando uma forte angústia, representam o professor como vítima da violência e indisciplina em sala de aula. Essas representações refletem o que se pode observar no dia a dia das salas de professores. Portanto lançar um olhar interessado para a questão da disciplina se torna uma das discussões essenciais para o docente brasileiro.

Repensar a (in)disciplina na escola é uma condição indispensável de trabalho para o profissional brasileiro da educação atual, pois, mostram as estatísticas, o professor brasileiro gasta cada vez maiores quantidades de tempo chamando a atenção dos alunos. Rankings mundiais têm colocado o Brasil como líder em indisciplina escolar. Além dessa visão global, as vivências de quem observa a escola são inequívocas no sentido de concluir que a indisciplina escolar é um dos sérios problemas da educação regular no Brasil.

De acordo com o site O Globo, os resultados da avaliação do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) do ano de 2012 mostram que o Brasil está em último lugar em uma lista de 65 países, devido a fatores como atraso, evasão, falta de respeito e bullying. Em 2015, uma pesquisa realizada pelo OCDE, empreendida em 34 países e apresentada pelo site O Tempo



colocou o Brasil na pior posição em quesitos como indisciplina e tempo gasto para organizar a classe.

Uma das principais suposições do senso comum sobre a (in)disciplina escolar é a que imediatamente elege os pais dos alunos como responsáveis pelos maus comportamentos (PASSOS, 2011, p. 103). Desse modo, o aluno traria para a sala de aula simplesmente o que é o seu comportamento no dia a dia, sem que seus pais façam esforços para lhe dar limites ou uma formação moral. Outra das explicações para o fenômeno, com mais respaldo nos estudos teóricos, aponta a falta de uma construção do interesse em relação à escola e ao estudo, ou seja, a crise no sentido da escola. Se o aluno não enxerga motivos para estudar, se a escola não é apontada socialmente como o local de realização de algo positivo, é improvável que cada vez mais estudantes gostem do que se faz em uma sala de aula.

É necessário entender, com base nas diversas pesquisas realizadas e expostas na literatura, o fenômeno da indisciplina para então perceber as possíveis opções de enfrentamento a serem consideradas pelos professores e demais partícipes da escola. Para tanto, elaboramos as seguintes perguntas para nortear nosso estudo: como os estudos relacionados com a indisciplina dos estudantes de educação básica definem o fenômeno, dito de outra forma: o que é indisciplina? Como a literatura explica suas causas e consequências? Quais as opções de enfrentamento sugeridas na literatura? Como os professores de modo geral têm enfrentado o problema?

Tendo em consideração tais questionamentos, o objetivo geral deste trabalho é compreender o fenômeno da indisciplina escolar, no contexto da educação básica, a partir de uma análise de estudos realizados sobre o tema. Para atingir essa meta, pretendemos: a) revisar os conceitos de (in)disciplina escolar; b) averiguar, no âmbito da literatura, suas causas e consequências e, ainda, perceber as possibilidades de enfrentamento postas na literatura.

Em termos da metodologia utilizada, trata-se de um trabalho de pesquisa bibliográfica, que busca em livros e artigos os estudos já realizados sobre assunto, que podem oferecer diretrizes teóricas e práticas para o tratamento do problema da indisciplina. A pesquisa bibliográfica é definida por Oliveira (2007, p.69) como “estudo direto em fontes científicas, sem precisar recorrer diretamente aos fatos/fenômenos da realidade empírica”.

O perfil indutivo do estudo não permite elencar, antecipadamente, todos os autores que deram suporte ao trabalho, mas podemos citar como embasamento teórico autores como Amado (2000), Vasconcellos (2009), Passos (2011) Antunes (2012) e Fevorini e Lomônaco (2009). São obras voltadas à compreensão do fenômeno da (in)disciplina como vivenciado nas salas de aula, assim como o oferecimento de práticas que possam auxiliar o professor no tratamento,

uma vez que partimos do pressuposto que o fenômeno da indisciplina escolar deve ser estudado no contexto da atuação dos pais na educação de alunos do ensino básico, mas também de uma análise desse problema no dia a dia da sociedade, assim como a motivação de estudantes e professores, participação dos pais como fatores indispensáveis na construção do sentido atribuído a escola.

Para chegar às conclusões que temos em mente ao estudar a (in)disciplina, é necessário estudar de forma plural as definições de disciplina e indisciplina, o que causa o fenômeno da indisciplina, bem como o que gera a disciplina em sala de aula, consequências dos fenômenos e o que ferramentas o professor pode usar para melhor se situar diante do problema da indisciplina e combatê-lo. O trabalho, portanto, aborda três setores, que correspondem à definição, causas e efeitos e possibilidades de enfrentamento da indisciplina.

## **2 (IN) DISCIPLINA, ESCOLA E DOCÊNCIA**

A indisciplina escolar representa uma das maiores queixas da escola pública no Brasil atualmente. Este tema é constantemente representado na mídia, nos discursos sobre educação em geral e tem aumentado, por parte dos professores, a exigência de cursos de formação continuada sobre indisciplina escolar (VASCONCELLOS, 2009). Para o mesmo autor, a indisciplina escolar não é um fenômeno contemporâneo, já que “há registros históricos de mais de 2 mil anos antes de Cristo com queixas sobre o comportamento das crianças e dos jovens nos estudos” (p. 24).

Atualmente, o discurso de que os alunos não se comportam minimamente durante as aulas se tornou muito frequente, ganhando o status de senso comum, sendo constante no ambiente da escola e de proporções alarmantes. Temos visto que muitos professores, como consequência da indisciplina, têm até mesmo desistido da carreira, abandonando seus trabalhos ou aparentemente desistindo enquanto continuam em sala de aula. Sobre a postura de muitos profissionais, Passos (2011, p. 28) comenta:

Penso que o sofrimento dos professores, as suas queixas frequentes quanto ao insuportável trabalho docente e, no limite, o seu adoecimento expressam, sintomaticamente, a situação de abandono em que se encontra a escola, sugerem uma certa desistência da educação enquanto projeto de preparação de crianças e jovens para que encontrem o seu lugar no mundo adulto. Desistindo da realização do projeto educativo, os professores, na verdade, estariam se demitindo de sua posição de educador e, em decorrência, renunciando ao ato educativo. E são os alunos, na escola, que mais sofrem os efeitos de tais posturas.

A partir disso podemos afirmar que a indisciplina pode se apresentar como um problema preocupante, já que vem causando um mal estar em muitos professores, gerando uma transgressão do contrato pedagógico (o professor afetado eventualmente não quer mais se esforçar para ensinar), de forma que os alunos saem prejudicados e até mesmo excluídos, por não receberem o atendimento a que têm direito, como expressa a Constituição Brasileira.

## 2.1 O que é (in)disciplina?

Em latim, de acordo com Rezende e Bianchet (2014, p.110) a palavra *disciplina* significa “ensino, instrução, educação, ciência, disciplina. Disciplina militar. Matéria ensinada. Método, sistema, doutrina. Organização política. Princípios de moral”. Sua origem é o verbo “**disco, -is – ěre, didīci**. Aprender, estudar. Aprender a conhecer, conhecer, ser informado”. Assim sendo, vemos na etimologia do termo disciplina conceitos relacionados aos estudos/conhecimento e ao autocontrole e exercício moral.

No período medieval, considerava-se disciplinada a pessoa que obedecesse às normas, reconhecesse as autoridades, soubesse limitar-se a uma posição de não-conhecimento. Os professores desse período usavam o castigo físico como método pedagógico, o que inclusive aparece em muitas das iluminuras e demais manifestações artísticas da época (VASCONCELOS, 2009). A disciplina se caracteriza como algo imposto por regras externas ao indivíduo e, nessa perspectiva, está ligada à ideia de castigo ou punição por se opor às regras.

Essa concepção “submissa” da pessoa disciplinada ainda pode ser encontrada na forma de pensar de muitos professores atuais, às vezes considerados “tradicionais” ou “retrógrados”. Para esses professores, a disciplina consiste no silêncio, na ordem absoluta, de modo que o professor possa “transmitir” sua carga de conhecimentos para os alunos. Sobre isso, Passos (2011, p. 102) revela e questiona:

Em contraposição, boa parte dos profissionais da educação ainda parece guardar ideais pedagógicos que preservam, de certa forma, a imagem dessa escola de antigamente e desse professor repressor, castrador. Muitas vezes, para esses profissionais o bom aluno do dia-a-dia é aquele calado, imóvel, obediente. Será este um bom aluno de fato?

Uma concepção moderna do termo considera disciplina mais uma ação do indivíduo sobre si mesmo do que algo imposto por terceiros. Assim, o sujeito que precisa ser disciplinado tem consciência dessa condição, e deve exercer esse policiamento em seu dia a dia. Disciplina não é mais vista como sinônimo de silêncio ou passividade, e sim como aceitação de normas

democráticas sem as quais o processo educacional não poderia se desenvolver com qualidade. A disciplina é algo a ser construída no aluno, de forma interna, com uma clara finalidade de crescimento e benefício, e não uma continência militar que permite que o professor “dê sua aula” (expressão muito usada no discurso do professor que desabafa sobre a indisciplina). É Amado (2000, p. 4) quem esclarece esta questão:

**A disciplina:** *ela é e não é muita coisa...* Ela não é subserviência, obediência mecânica e acéfala, medo do castigo e de todas as consequências negativas da infração. Ela é autodomínio, ordem interior e exterior, liberdade responsável, condição de realização pessoal e colectiva... ela é, como diz Ferreira Patrício (1999), «o comportamento humano controlado por decisão própria, à luz de princípios e valores e com vista à realização de princípios, valores, ideias e projectos».

Atualmente, o conceito de disciplina como governo próprio se apresenta com um perfil mais positivo e desejável, nesta época em que muito se fala sobre as ameaças do autoritarismo, da necessidade da cultura da liberdade e democracia, em comparação com o passado recente ditatorial no Brasil. Apesar de o termo “autoritarismo” ser um dos grandes vilões do discurso da educação atualmente, ainda se mantêm concepções errôneas do que seja a (in)disciplina, colocando a ênfase num ideal “respeito à autoridade”, posturas fundamentadas num claro saudosismo e nostalgia de períodos em que a repressão era frequente presente na sociedade como um todo. O professor que viveu sua infância ou juventude naquela época pode concluir que como havia uma disciplina muito maior no passado, logo é desejável recuperar alguns padrões de então (VASCONCELLOS, 2009).

Parrat-Dyan (2008, p. 8) também dissocia o termo disciplina da conotação militar, afirmando que ele tem muito mais a ver com responsabilidade. Para ela, “a disciplina não é um conceito negativo; ela permite, autoriza, facilita, possibilita. A disciplina permite entrar na cultura da responsabilidade e compreender que as nossas ações têm . Quem olha para a disciplina como algo negativo não entende o que é”.

De modo geral, na literatura sobre o fenômeno existem duas aproximações conceituais sobre disciplina: A primeira delas associa disciplina a um modelo antigo, medieval que insiste em subsistir nas práticas de muitos professores tidos como equivocados: o aluno calado, o professor dominante que, como apresenta Vasconcellos (2009, p.35), “consegue dar sua aula”.

O outro modelo aponta disciplina como autocontrole, ou seja, o que acontece quando o aluno toma consciência da necessidade de se conter diante de alguns momentos para ganhar um bem posterior. Isso só pode acontecer caso o aluno tenha motivos para desejar esse bem posterior, portanto, motivação.

Sobre esta segunda concepção de disciplina, o referido autor se posiciona: “o que estamos almejando em termos de disciplina escolar é conseguir as condições de trabalho coletivo como resultado da capacidade do sujeito de se autogovernar, autorreger-se, autodeterminar-se, autoproduzir-se” (p. 92).

Como pode ser observado, o conceito de (in)disciplina é algo plural e variável. É através de Golba (2009, p. 5) que esclarecemos essa variação:

Vale considerar ainda que por se tratar de uma criação cultural o conceito de indisciplina não é estático, uniforme, tampouco universal. Portanto, não podemos esperar unanimidade quanto ao conceito, pois o mesmo estaria relacionado a diferentes valores e expectativas que variam conforme o contexto onde se insere. Assim, aquilo que a escola estabelece como critérios para dizer se é ou não, uma expressão de indisciplina, estaria sofrendo transformações ao longo do tempo e se diferenciando, dependendo do contexto.

A tensão maior é causada quando se tenta definir a indisciplina, porque neste caso, o objeto da definição é justamente o que causa problemas e sofrimento para muitos professores. Assim sendo, existe um forte risco de definir indisciplina ouvindo apenas a voz desses profissionais, que gera um discurso dominante sobre indisciplina e em muitos casos representa a vontade do professor no sentido de “dar sua aula”.

Esse desejo de dar sua aula não é por si só um problema, mas deve-se ter em mente que o objetivo da escola é promover a aprendizagem do estudante. Além disso, se disciplina é unicamente ter condições físicas e de clima para que o professor possa ministrar sua aula, comportamentos como dispersão, dúvidas contidas, alunos dóceis, silenciosos, quieto ou faltando constantemente às aulas não fazem parte da definição de indisciplina escolar.

Os fenômenos de disciplina e indisciplina não se limitam ao campo da escola ou da educação unicamente. Em um sentido mais amplo, onde haja o poder e suas estruturas e onde quer que haja trabalho ou concentração, há disciplina, se a considerarmos, juntamente com Foucault (2006, p. 105), como sendo “uma nova técnica de gestão dos homens (...), um modo de controlar suas multiplicidades, utilizá-las no máximo e majorar o efeito útil de seu trabalho e sua atividade”. Essa concepção se situa entre as duas perspectivas geralmente observadas na literatura a respeito de (in)disciplina na escola, pois não exclui o autogoverno nem a dominação do outro como componentes da disciplina.

Historicamente, o papel do aluno tem sido limitado ao de um objeto no processo da educação. O aluno deveria se conter, aprender do mestre, que, espera-se, sabe de tudo e, para Vasconcellos (2009, p.101) “se apresenta como todo-poderoso”. Nesse contexto, o que se tinha

como disciplina foi no passado exigida através de diferentes meios: primeiramente o “castigo físico”, posteriormente, para o mesmo autor (p.27), a “ideia de que era preciso humilhar a infância para melhor educá-la”. Atualmente persiste claramente uma tradição de usar algo como instrumento para reprimir o aluno. Hoje em dia não se usa mais o castigo físico, e sim a avaliação, como objeto para submeter os indisciplinados (VASCONCELLOS, 2009; PASSOS, 2011).

Diante das colocações, podemos dizer que sem ‘encaminhar’ alunos mal comportados para outras instâncias (frequentemente fora da sala de aula) ou usar a avaliação como chantagem para exigir quietude em sua sala, muitos professores atuais não teriam meios para que os alunos os respeitassem.

A definição de indisciplina como mau comportamento diante da aula, de modo a provocar a frustração do professor, está fortemente ligada à concepção desse fenômeno como algo que vem de fora da escola, sem causas pedagógicas, ou seja, de dentro da escola. Frequentemente essa é a explicação dada à indisciplina por muitos professores e demais profissionais da escola, que acusam os pais de não fornecerem aos filhos uma educação (formação moralizante) suficiente para que eles respeitem o professor, a escola, colegas etc. (PASSOS, 2011).

Esse modo de ver a indisciplina possui fortes problemas teóricos, e ignora que frequentemente os alunos reagem de formas diferentes diante dos diferentes professores, ou seja, nem sempre os alunos que são indisciplinados durante as aulas de um professor o serão em todas as outras. Além disso, pode-se deduzir que o professor quando exige que os alunos ‘cheguem disciplinados’ à sala de aula está se negando à própria função do professor, que é atender aos alunos. Nas palavras de Passos (2011, p. 96):

Ao eleger o aluno-problema como um empecilho ou obstáculo para o trabalho pedagógico, a categoria docente corre abertamente o risco de cometer um sério equívoco ético, que é o seguinte: não se podem atribuir à clientela escolar a responsabilidade pelas dificuldades e contratemplos de nosso trabalho, nossos “acidentes de percurso”. Seria o mesmo que o médico supor que o grande obstáculo da medicina atual são as novas doenças, ou o advogado admitir que as pessoas que a ele recorrem apresentam-se como um empecilho para o exercício “puro” de sua profissão. Curioso, não?

Ou seja: se a (in)disciplina é sempre citada como um fenômeno que vem de fora para dentro da escola no primeiro dia de aula, o professor de alunos mal comportados e desatentos (às vezes diante apenas de um professor, mas não dos outros) praticamente deve desistir de tentar criar situações favoráveis para que os alunos busquem adquirir os conhecimentos

compartilhados nas aulas. A disciplina e indisciplina devem ser entendida como realidades inerentes ao fazer pedagógico, ao ambiente da sala de aula, sendo vista como indícios de que o aluno está ou não se identificando com o que está sendo exposto/discutido, se tem ou não vínculos com o professor, escola e colegas, se quer participar ou resistir às metodologias empregadas pelo professor, por ter ou não em mente outras formas de aprender.

Vasconcellos (2009, p.25) afirma sobre a disciplina: “sua ausência inviabiliza o crescimento do sujeito, uma vez que a aprendizagem, especialmente a escolar, é um processo rigoroso, sistemático, metódico”. Não se trata, como o entendimento errado de algumas tendências pedagógicas sugere, de ter apenas aulas divertidas, chamativas para os alunos, filmes etc. O entendimento de que o comportamento para a aula, mesmo sendo desagradável às vezes, é importante, e sem ele, não há como progredir em sala de aula (VASCONCELLOS, 2009).

Diante disso, é necessário discutir a concepção de disciplina adotada por todos os participantes da educação: alunos, pais de alunos, professores e todo o pessoal da escola. A disciplina, em sua concepção construtiva, é indispensável no fazer da sala de aula. Se não houver autocontrole, paciência, calma, hábito de ouvir e ler, adiamento da diversão, aplicação nos estudos, o fazer da sala de aula fica seriamente comprometido.

## **2.2 Causas da indisciplina**

É uma afirmação constante na literatura sobre disciplina e indisciplina escolar o fato de que o problema não é algo simples, e sim possui uma grande complexidade, variedade de causas (PASSOS, 2011; AMADO, 2000; VASCONCELLOS, 2009).

O fenômeno da indisciplina escolar é explicado na perspectiva de dois agentes: os professores, juntamente com os demais integrantes da escola, sendo sua explicação geralmente acompanhada por um sentimento de angústia e sugestões radicais, e a literatura teórica sobre o fenômeno, que frequentemente aponta para o perigo da simplificação vinda do senso comum (AMADO, 2000).

Essas duas falas de agentes diferentes muitas vezes coincidem em apontar algumas causas da indisciplina, como a distância entre a família e a escola, a crise do sentido dos alunos para estudar e alguns avanços de interesses do mercado sobre os meios de comunicação, não respeitando valores éticos e tornando a programação agressiva e voltado para o consumo.

De um modo geral, as causas mais citadas para a indisciplina escolar são 1) a desmotivação diante de uma aula desinteressante ou ultrapassada, em comparação com o universo digital em que muitas crianças vivem; 2) A falta de limites e de respeito diante das

figuras adultas, sobretudo os pais e os professores; 3) Interesses de certas elites causam produções culturais e midiáticas problemáticas e/ou violentas (funk, videogames e desenhos animados violentos, publicidade infantil mostrando os pais como reféns dos filhos, por exemplo); 4) Estaríamos em um período de libertinagem, causado pela ruptura radical com a tradição e com a ditadura; 5) As famílias não estão sendo rígidas e não conseguem barrar as influências exteriores citadas, não dando limites aos filhos e lançando-os à escola; 6) Há uma sensação generalizada de não saber como proceder diante dessa coincidência de eventos, o que perpetua o problema; 7) Cada vez menos se sabe por que estudar, já que as crianças tendem a não verem sentido algum e o próprio mito da ascensão social via escola está falido. (VASCONCELLOS, 2009).

De acordo com as explicações do senso comum dos agentes da escola, a indisciplina é principalmente o resultado de uma época de ruptura com a tradição ou um produto da irresponsabilidade e incompetência dos pais. Ao familiarizar-se com o ambiente escolar, o professor em formação, imediatamente, começa a se deparar com essa angústia e a ouvir teorias como as que figuram nesta coletânea de depoimentos apresentada por Vasconcellos (2009, p. 57):

A falta de interesse está muito grande. Os alunos estão dispersos, não respeitam mais o professor, estão vivendo em outro mundo. A tecnologia avançou demais e o professor infelizmente não acompanhou, ficou desinteressante para eles. Eles estão acostumados a apertar botão de videogame, de computador, a ver televisão, internet, e aí aparece o professor com apagador e giz... Durante a aula, ficam entre eles passando mensagem pelo celular. O professor não está conseguindo ter domínio, as aulas estão muito no passado, muito antigas. Não temos a varinha mágica para motivá-los ali. Os meios de comunicação, ao invés de ajudar, estão atrapalhando: programas muito violentos. Não está existindo liberdade com responsabilidade. As crianças de hoje são mais espertas do que antigamente. A família não tem colaborado; os alunos vêm sem limites de casa. Geralmente, há até convivência dos pais: o professor nunca tem razão. Há muitos problemas familiares. A própria família não sabe o que fazer; a mãe fala “o que eu faço com ele? Vou matar?”

Passos (2011) comenta que tais representações da causa da indisciplina, apesar do claro elemento de desabafo que possuem, não podem ser desprezadas e logo descartadas como não-científicas, radicais ou absurdas. Por outro lado, a literatura sobre a (in)disciplina escolar tende a considerar essas reclamações como superficiais, e faz a pergunta: Se essas (citadas) são as causas da indisciplina, por que os alunos se comportam de forma variável, dependendo do professor que está diante deles?



No que diz respeito aos pais, há acusações, muitas vezes carregadas de conotação emocional, da parte dos professores, de que os pais dos alunos não estão sendo eficazes na formação de seus filhos e, afirmação ainda mais frequente, “jogam toda a responsabilidade para a escola, transferem a responsabilidade da criação dos filhos para a escola”. Máximas como “a escola/os professores não têm que educar, dar uma formação moral (às vezes até mesmo reduzida unicamente às boas maneiras), e sim ensinar conteúdos”. A esse respeito, afirma Passos (2011, p.107):

Em geral, a maioria dos professores imagina que o trabalho de disciplinarização moral da criança (de introjeção das regras e, portanto, da constituição dos famigerados “limites”), a cargo mormente dos pais, é um pré-requisito para o trabalho de sala de aula. E esta ideia, embora correta em parte, também precisa ser repensada, pelo menos em parte.

Em um ponto, porém, há um diálogo maior entre o discurso teórico sobre a educação e o senso comum: os pais têm um papel fundamental na promoção da motivação e do incentivo para que os filhos estudem. Motivação é definida por Passos (2011, p.40) como “o processo que se desenvolve no interior do indivíduo e o impulsiona a agir, mental ou fisicamente, em função de algo. O indivíduo motivado encontra-se disposto a despender esforços para alcançar seus objetivos”. Uma definição de incentivo pode ser encontrada na mesma obra: “o estímulo exterior que visa despertar no indivíduo vontade ou interesse para algo” (p. 40). Assim, é necessário cultivar o interior dos alunos em formação, propiciando que eles tenham bons exemplos, bons conselhos e bons motivos (“motivadores”, “movimentadores”) para que vejam importância, utilidade e sentido no ato de estudar. Nisto há consenso: falta motivação e incentivo para o aluno brasileiro. Alguns sintomas da desmotivação, indicados por Keller (1983, p.35), são evidentes para o professor em formação:

Ausências à aula, desculpas esfarrapadas, alegria indisfarçada diante de um feriado inesperado, murmúrios de pesar quando uma prova é anunciada, evidente alívio ao aproximar-se o fim de semana, são claros indicadores da desmotivação

Sabendo que a desmotivação é frequente nas escolas, como inclusive pode-se constatar pelas experiências dos professores e até pelo discurso midiático já citado, que fala de alunos violentos e não interessados, chega-se ao questionamento sobre a causa da (des)motivação, ou o que pode ser feito para mudar esse quadro. Os professores devem fazer algo para causar motivação nos alunos ou eles precisam comparecer à sala de aula motivados desde o começo? Os principais responsáveis pela motivação são os pais, ou, como sugerem muitos textos

teóricos, a (des)motivação é um fenômeno essencialmente pedagógico que não tem a ver com “fora” da sala de aula, e sim unicamente com o que acontece em sala? Nas considerações de Barbosa (2011, p.14) encontra-se uma ligação importante entre o envolvimento dos pais no processo escolar e o aproveitamento dos filhos:

Estudos realizados, em vários países, nas últimas três décadas, mostraram que, quando os pais se envolvem na educação dos filhos, eles obtêm melhor aproveitamento escolar. De todas as variáveis estudadas, o envolvimento dos pais no processo educativo foi a que obteve maior impacto, estando esse impacto presente em todos grupos sociais e culturais.

Outro estudo, citado por Vasconcellos (2009, p. 204) demonstra que os ótimos resultados dos alunos de certos países orientais em universidades dos Estados Unidos estão diretamente associados à cultura de estudo e valor dado à educação pela família. Conclui-se que, muito além dos chamados “limites”, é necessário que a família esteja transmitindo valores, incentivos, para que os alunos valorizem e se identifiquem com o estudo e com a escola.

Uma das causas da indisciplina na escola é deduzida naturalmente do conceito de disciplina como rigor, autocontrole e estabelecimento de limites: para que esse comportamento ocorra, o ambiente escolar precisa ser regido por regras, que devem ser claras, poucas e funcionais (AMADO, 2000). Para que essas regras sejam constantes e reais na sala de aula, devem ser cumpridas desde os primeiros dias de aula. Nisso insiste Passos (2011, p.35):

Cabe lembrar que o professor tem que levar em conta dois pontos relevantes: a importância do sistema normativo e disciplinar nos primeiros dias de aulas e a normatividade de valores. Enfatizar a importância da coerência e consistência do sistema normativo, e a existência de códigos e signos e que o grupo aceite a manutenção de um bom clima disciplinar e interpessoal.

Uma vez firmadas as regras, que, novamente, não podem ser supérfluas, ou não serão cumpridas, elas devem ser colocadas sempre em prática, e não o fazer vai impossibilitar o respeito do aluno pelo sistema de regras, pois perceberá que o tempo todo há contradições a elas. Amado (2000, p.5) coloca como uma das marcas fundamentais do clima de prevenção à indisciplina “A existência de regras de trabalho e de convívio, acompanhada por efectiva firmeza e coerência na exigência e na aplicação, por parte do professor (domínio das competências de liderança, fundamental para um *bom clima relacional*)”.

Uma das causas da indisciplina seria a inconstância, da parte do professor, do cumprimento das regras que ele mesmo deve ter apresentado aos alunos, pois estes frequentemente enxergam a contradição do professor como injustiça: “Note-se que a

inconstância é um fenômeno que se verifica com alguma frequência na aula, dando azo a queixas e reclamações dos alunos que a consideram, muitas vezes, como *injustiça do professor*” (AMADO, 2000, p.8).

A inconstância no cumprimento das regras pelo professor vem de diversos fatores. Para Antunes (2012, p. 15) “outra razão para o crescimento da indisciplina está atrelada ao aumento da tolerância e, em algumas escolas particulares, à política de “agradar ao cliente para não perdê-lo”. O professor às vezes receia fazer valer as regras e obter resultados negativos, guiado por uma “tolerância”, ou é pressionado por seus superiores a agir dessa maneira. O mesmo autor (p.15) é enfático ao afirmar uma clara relação de causa e efeito entre o não cumprimento de regras da escola e uma indisciplina cada vez mais forte:

A verdade é que não importa muito se a escola é pública ou particular e menos ainda as falácias usadas para assumir uma tolerância maior. O certo é que as crianças e adolescentes sem freios e professores fragilizados por ameaças ocasionam uma verdadeira explosão da indisciplina e a certeza de que pelo seu rastro se chega à violência escolar.

Outra das características desejáveis do sistema normativo em sala de aula é que seja compreendido como contrato, de preferência com a participação dos alunos na discussão e criação das regras. Há um “contrato de trabalho”, cuja importância o aluno compreende e sabe que não é correto transgredir. De acordo com Vasconcellos (2009, p. 90): “o aluno deve saber se autocontrolar, saber que sua liberdade de manifestação naquele momento pode romper o contrato de trabalho”.

Antunes (2012, p.12) defende a construção da autonomia e participação como condição para o exercício da disciplina:

Quando os professores sentam com os alunos e juntos procuram desmontar a ideia da culpa e do castigo e têm em mente reconstruir a plenitude da significação e dos tipos de disciplina, não apenas a aula corre mais fácil e a aprendizagem se concretiza de maneira mais saborosa, como alunos e mestres descobrem que, ao reconhecerem a disciplina como ferramenta essencial das relações interpessoais, aprendem autonomia e exercitam a firmeza.

Assim sendo, a disciplina não é compreendida como mera limitação sem sentido ou respeito à idade e à função do professor, e sim é um exercício da liberdade e autonomia do próprio aluno, consciente, concordante e preferencialmente também parte integrante do contrato de convivência, com termos que se voltam não ao castigo do aluno, e sim à promoção de um clima apropriado para a realização de atividades centradas no conhecimento.

Esta visão participativa do trabalho de sala de aula tem como consequência que muitos alunos apresentam comportamentos opostos à boa fluência das aulas por se sentirem excluídos da tomada de decisões durante as aulas. De acordo com a literatura a respeito de (in)disciplina, professores tendem a se comportar durante a aula com uma certa exclusão ou imposição em relação a certos alunos. Esta realidade é explicitada por Antunes (2012, p.21):

Um dos focos mais agudos da indisciplina surge quando alunos experimentam a sensação de ser excluídos, ou quando percebem que o professor se interessa apenas por alguns, que tem seus olhos voltados para “os da frente” ou “os do fundo”, para os “excelentes” ou apenas para os “mediocres”. O bom mestre é aquele que trata a todos com igualdade, é aquele cujo olhar abrange toda a classe”.

Por sua vez, os alunos que não estão sendo contemplados pelo professor percebem quando estão sendo excluídos, e tendem a ter um comportamento indesejável como uma resposta proporcional e semelhante ao que o professor está fazendo, realizando ações que Amado (2000, p.11) chama de “estratégias unilaterais” para expressarem seu descontentamento:

A imposição do professor (por exemplo, ameaças e censuras tidas por ilegítimas e injustas pelos alunos) e a rebelião do aluno (comportamentos de franca oposição aos propósitos do professor) são estratégias unilaterais, porque uns e outros se confrontam mutuamente fora de qualquer «acordo de trabalho»

A indisciplina pode ser vista, assim, também como uma forma de expressão do aluno, um sintoma de que alguma coisa está errada e deve ser revista. Nas palavras de Passos (2011, p. 38), a indisciplina pode ser compreendida como uma “manifestação do contrapoder do aluno, de modo a pressionar o professor a criar situações mais favoráveis; aulas onde se aprenda com mais diversão sem muitas regras e limites”.

Outra das causas da indisciplina pode ser deduzida da opinião citada: o aluno exerce pressão para que haja mudanças nas aulas, desenvolvendo-se uma aproximação ao aluno. Esse efeito pode ser alcançado através de aulas com o que Amado (2000, p.21) denomina “um clima descontraído alcançado por um «espírito lúdico» por parte do professor e que se traduz no recurso à fantasia, ao humor e aos intervalos estratégicos que tenham em conta o cansaço e os ritmos de trabalho do aluno”.

A motivação, que o professor deseja que o aluno demonstre durante as aulas, não é um atributo unicamente interior dos sujeitos, pode também ser promovida por elementos externos:

“A motivação, por sua vez, pode surgir de forma espontânea, mas também ser proporcionada pelo professor por meio de diversas “estratégias” que ele mesmo aprendeu durante seus anos de magistério, o que pode reduzir o índice de indisciplina (ANTUNES, 2012, p.39).

Os elementos geradores de motivação não se resumem às aulas divertidas, professores tentando se aproximar dos alunos e linguagem adaptada para alcançá-los. A aproximação da escola em relação ao aluno não deve ser artificial e sim contextualizada e real dentro da instituição escolar. Fala-se, com razão, o tempo todo, de respeito ao professor. Não se pode esquecer também o respeito ao aluno, que também é um dos principais elementos da escola.

Respeito esse a ser construído através da metodologia do professor, do clima de coletividade saudável e também, deve-se insistir, nas tomadas de decisões. De acordo com Vasconcellos (2009, p.26):

A mobilização não tem que ver só com os conteúdos e a metodologia. O aluno é uma totalidade. Múltiplos são os caminhos de acesso do sujeito ao objeto de conhecimento (até chegar a pôr sua atenção sobre ele). Questões como, por exemplo, participação no poder (nas decisões), respeito, desejo de ser aceito pelo grupo, também envolvem fortes cargas afetivas. Ao não mediar adequadamente as questões do campo disciplinar, o professor pode deixar de potencializar outras importantes fontes de geração de interesse no aluno.

A relação entre o aluno e os profissionais que integram a escola (professores, diretores, secretários e todos os outros funcionários), portanto, tem fortes componentes emocionais, e, não havendo uma participação efetiva do aluno na construção das decisões da escola, este importante partícipe da instituição não está recebendo a importância devida. Se o aluno não se sente parte do todo escolar, submeter-se às regras que lhe são impostas não faz sentido.

### **2.3 Possibilidades de enfrentamento da indisciplina**

De acordo com Amado (2000, p.5), a construção da disciplina na escola toma a forma de uma de três vertentes: prevenir, corrigir ou punir: “Construir a disciplina pode ser entendido como o processo de lidar com a indisciplina na sala de aula, e que pode ser perspectivado em três vertentes: prevenção, correção e punição”.

Estratégias de prevenção a comportamentos inadequados em sala de aula são fundamentais, já que entram em cena antes das práticas indisciplinadas, inibindo-as. Nos textos teóricos consultados, alguns projetos de prevenção à indisciplina são contemplados, principalmente a presença de um clima (*ethos*) de regras no ambiente escolar — sendo que essas regras devem ser racionais, necessárias e efetivamente cumpridas —, uma escola voltada

ao aluno e ao ensino, o que pressupõe também o preparo do professor (AMADO, 2000, ANTUNES, 2012).

As regras a serem cumpridas na escola, tanto na instituição como um todo quanto na aula de cada professor, devem ser claras e presentes no dia a dia, e não representam uma postura de autoritarismo nem são impossíveis de serem cumpridas. É um erro recorrente de discursos do senso comum afirmar que a atual geração de alunos não são capazes de entender limites e regras, sendo, basicamente, anarquistas. Passos (2011, p.104) demonstra o contrário, ou seja, desde a infância, o ser humano desenvolve claramente a noção de regras:

Um bom exemplo disso se encontra quando, num jogo ou brincadeira infantil, alguém não cumpre aquilo que foi acordado previamente entre os participantes, e este, assim considerado desviante, instigador ou infrator será severamente punido ou mesmo expulso do jogo. No limite, pode-se afirmar que um governo infantil é nitidamente despótico, porque não prevê jurisprudências, prerrogativas, maleabilidade.

A necessidade de regras é, portanto, algo que está bem nítido no imaginário dos estudantes, muitos dos quais vivenciam as regras como essenciais em suas modalidades esportivas e jogos preferidos. Além de compreenderem a importância das regras, as crianças também são capazes de entenderem que o descumprimento de uma regra carrega necessariamente a necessidade de uma sanção, que não necessariamente tem a conotação de um castigo, como explana Antunes (2012, p.19): “A construção de regras implica tacitamente a proposição de sanções, como ocorre no esporte, quando a desobediência à regra implica uma punição, e essas sanções necessitam menos castigar que orientar, menos punir e mais relevar o sentido e a significação de viver em grupo”.

O resgate da abertura da escola ao aluno é uma importante medida de prevenção à indisciplina. Atualmente nota-se a presença de um distanciamento entre o aluno e a escola, decorrente de crises chamadas por Vasconcellos (2009, p.63) de “Crise do Vínculo do aluno com a escola”, a qual se manifesta na “crise do sentido do estudo” e na “crise da afeição do aluno pelo professor”.

O distanciamento é bilateral: muitos alunos, por não perceberem sentido no estudo escolar ou por não se identificarem com seus professores e demais agentes da escola, recorrem à baixa frequência, outros comportamentos indisciplinados e até mesmo à desistência. Os professores e agentes da direção da escola reagem às vezes criando uma imagem negativa dos alunos ou reconhecendo não terem condições de atender de modo satisfatório toda a clientela

da escola. Especificamente sobre o distanciamento do professor, afirma Vasconcellos (2009, p.67):

Os professores, por sua vez, sobrecarregados e estressados, também encontram dificuldade para estabelecer um vínculo de maior proximidade com os alunos, seja em razão do grande número de alunos que têm em sala ou no ano (...), seja pela rotatividade na instituição, seja pelas faltas, seja mesmo pela pouca paciência com os alunos depois de uma jornada cansativa, o que acaba confirmando uma postura de distanciamento.

Quando medidas de prevenção não são tomadas ou não surtem os efeitos esperados, resta buscar corrigir o comportamento indisciplinado ou puni-lo. Quanto à correção, Amado (2000, p.29) distingue três tipos de medidas, correspondentes à correção “pela integração/estimulação”, “pela dominação/imposição” e “pela dominação/ressocialização”. Para o referido autor, as práticas de correção pela integração e estimulação são “mais humanas e eficazes”, consistindo em integrar o aluno indisciplinado ao restante da turma por meio do diálogo e da simetria de posições, ou seja, práticas como o elogio, a persuasão e a negociação com os alunos.

As medidas de correção pela dominação diferenciam-se, pois é possível usar a dominação como forma apenas de ameaçar ou intimidar o aluno (dominação/imposição) ou utilizar a dominação hierárquica visando a reestabelecer (ressocializar) o aluno após o comportamento inadequado (dominação/ressocialização). A opção pela correção como enfrentamento da indisciplina pressupõe alguns fatores importantes, como o reconhecimento que os alunos têm à autoridade do professor e o cuidado para não tomar medidas que sejam interpretadas pelos alunos como sendo injustas, pois, nesses casos, a tentativa de correção poderia resultar em um efeito contrário ao esperado, ou seja, o aumento do comportamento indisciplinado (AMADO, 2000).

A punição é um tipo de enfrentamento da indisciplina que está certamente presente em todas as escolas. As medidas punitivas da parte dos professores e diretores surgem de uma inquietação diante da desmotivação, não cumprimento dos resultados esperados para os alunos e de práticas antagônicas ao bom funcionamento da escola, desde a baixa frequência até o vandalismo e a violência. Pensar a punição, o castigo, como reação natural da transgressão é uma ideia primitiva. Ferreira (1997, p.7) nos dá exemplo de como se pensava a punição (no âmbito do direito) como retaliação e ao mesmo tempo espetáculo público para inibir outros malfeitos:

A punição, pois, existe para aplacar a ira divina e regenerar ou purificar a alma do delinquente, para que, assim, a paz na terra fosse mantida. O Código de Manu (Séc. XI a.C.), sob o fundamento de que a pena purificava o infrator, determinava o corte dos dedos dos ladrões, evoluindo para os pés e mãos no caso de reincidência. O corte da língua para quem insultasse homem de bem; a queima do adúltero em cama ardente; a entrega da adúltera para a cachorrada.

No entanto, é necessário que as práticas pedagógicas adotadas pelas escolas reconheçam a punição não como um espetáculo visando a inibir a transgressão nem como reação penal à mesma. A punição legítima no ambiente escolar deve levar em conta a possibilidade de resultar em uma mudança de comportamento ou ressocialização do aluno indisciplinado, pois o uso da autoridade no ambiente escolar não deve ser um fim em si mesmo. Se não se tem como horizonte o estudo, a autoridade do professor, quando investida em punir simplesmente por haver uma hierarquia, resultaria na conclusão de que a escola não é o local do estudo, e sim da dominação de uma geração por outra. Afirma Antunes (2012, p.17):

A disciplina, portanto, não deve chegar ao aluno como uma ordem, um castigo, um imperativo do mais forte para o mais fraco, em nome de seu conforto pessoal, mas como “produto” de debate, reflexão, estudo de caso e análise, por meio dos quais se descobre a hierarquia de povos disciplinados sobre clãs sem mando ou sobre sociedades oprimidas.

Algumas técnicas de punição, do tipo behaviorista, baseadas em estímulos positivos e negativas, podem ser utilizadas em sala de aula de forma bem-sucedida, mas representam sempre um desafio de se equilibrar o real aprendizado com a prerrogativa hierárquica usada pelo professor e pelo diretor para infligir punições. São situações que levam os estudantes a ficarem dependentes da autoridade do professor (AMADO, 2000).

No entanto, muito acima da punição, se faz necessário despertar os agentes da escola brasileira para a importância da autonomia do aluno e do professor, orientando-se para uma aprendizagem realmente significativa, que envolva o aluno com os saberes a serem desenvolvidos, partindo do que o discente já conhece e ampliando seus horizontes. (SOUZA et. al. 2004).

A cautela na condução das situações didáticas está no fato de vencer práticas de repetição e reprodução do saber e privilegiar um processo que permita a reflexão e a autonomia do estudante, para vencer a organização da educação escolarizada que há muito tempo, ensina a reproduzir e deixa o estudante dependente da autoridade do professor (DEMO, 2001).



Pinto e Santos (2006, p. 17) afirmam que alguns professores, para garantir o objetivo de assegurar às informações contidas no programa, se preocupam mais com os resultados alcançados nas avaliações, sem preocupações com o processo de aprendizagem. Ensinar significa transmitir conhecimento da “melhor forma possível” e, conseqüentemente, aprender é sinônimo de ser capaz de reproduzir o conhecimento da forma como foi ensinado. Assim, muitas vezes o uso de questionários como instrumento avaliativo é utilizado para garantir a memorização do conteúdo, sem a clareza do seu significado.

Assim, para que o professor transforme sua prática em sala de aula orientado pela busca da autonomia e da aprendizagem significativa, mudanças devem ser tomadas, e um dos principais obstáculos é a estabilidade conceitual de muitas instituições escolares, que não compreendem o papel do professor como mediador e o aluno como ser autônomo. Nas palavras de Souza et al. (2004, p. 15),

Neste momento, tendo-se em vista que, para a transformação da prática educativa, um dos elementos-chave é o professor, torna-se imprescindível fazê-lo refletir sobre as concepções que embasam a educação, bem como oferecer-lhe algumas ferramentas que o estimulem a enfrentar o desafio da integração entre a teoria e a prática educativas. Percebemos que, mesmo havendo a consciência da necessidade de desenvolver o raciocínio, a capacidade de resolver problemas, a criatividade do educando, os educadores muitas vezes não contam com os elementos necessários para concretizar suas ideias no cotidiano da escola.

Para que as práticas de ensino evoluam, considerando o aluno como um sujeito a desenvolver sua autonomia, liberdade e criatividade, constata-se que alguns paradigmas constituem um verdadeiro esforço conservador apegado a um modelo de ensino tradicionalista, no qual o aluno não era considerado um agente tão ativo na construção do saber quanto os demais partícipes da escola.

Outro desafio relacionado à estagnação conceitual e prática em que se encontram muitas escolas e profissionais é a recusa ou resistência a ensinar, que toma a forma ora do professor que desiste de se renovar e de certa forma não cumpre plenamente seu papel de mediador, ora do professor que considera que seu aluno não é capaz de cumprir certos desafios intelectuais e, portanto, o nível dos conhecimentos abordados é sempre mantido baixo. Souza et al. (2004, p.63) expõe essa má prática: “Muitas vezes, a ausência de mediação deve-se à falta de crença na capacidade do outro. Isso se observa, frequentemente, na educação de crianças que têm problemas diversos”.

A boa fé do docente em relação à capacidade de aprender de seus alunos é uma condição para a aprendizagem significativa, pois o ensino desafiador e progressivo é uma necessidade para a aprendizagem humana ocorrer. Todas as pessoas são capazes de aprender, e a escola deve abraçar o ensino eficaz para tantos quanto forem atendidos por ela.

### **3 CONCLUSÃO**

Por representar, de acordo com as estatísticas, um grande obstáculo ao progresso da aula nas escolas brasileiras, a indisciplina constitui um problema que não pode ser ignorado ou tratado como um assunto de menor importância. Também não se pode ignorar a quantidade de queixas em relação a episódios de desinteresse, indisciplina ou até mesmo violência que se evidenciam no Brasil.

Quanto aos conceitos de disciplina e indisciplina, podemos dizer que este é apresentado por alguns autores em duas perspectivas principais. A perspectiva do senso comum aponta a disciplina como sendo relacionada a práticas retrógradas e negativas, sendo a disciplina como a obediência muda, a subordinação diante das regras e determinação das instituições escolares e da sala de aula. A indisciplina, para esta maneira de ver, seria a transgressão da regra, motivada por um mau preparo moral do aluno.

A segunda perspectiva é considerada como sendo positiva e atual, e apresenta a disciplina como sendo o governo que o sujeito induz sobre si próprio para que possa aprender e progredir. Daí a indisciplina seria qualquer postura que esteja fora desse autocontrole e policiamento e dependente da autonomia do aluno. Posturas como baixa frequência e conversas paralelas, e até mesmo as raramente citadas por muitos professores, como não participar das aulas. Neste direcionamento, disciplina não precisa ser silêncio, e o silêncio pode ser indisciplina.

Contrariando as suposições do senso comum, a literatura sobre (in)disciplina escolar demonstra por vários caminhos teóricos que a indisciplina tem, portanto, um componente institucional, pois nem sempre as escolas e professores trabalham para incluir os alunos, tendo como fim a construção de conhecimentos e como meios a regência de normas democraticamente aceitas e discutidas e uma pedagogia voltada para alcançar a todos. Uma das causas da indisciplina mais relevantes de serem consideradas é, portanto, de acordo com os autores consultados, a distância entre escola e aluno e a ausência do entendimento do aluno como sujeito autônomo que faz parte da construção do próprio saber. Em tal perspectiva,

historicamente, a escola parece não favorecer a autonomia do aluno diante de práticas de ensino que levam a reprodução e repetição e deixam o aluno dependente do professor.

Os pretensos meios de controle da indisciplina em uso em muitas escolas brasileira, como castigos, afastamento do aluno de sala de aula e o uso de instrumentos de avaliação (ou seja, a medida da capacidade dos alunos para responder questionários) como chantagem para controlar os alunos têm se mostrado métodos ultrapassados e incapazes de resultar em um avanço da qualidade do ensino. Uma real aprendizagem significativa é inclusiva e respeita a autonomia e a individualidade do aluno.

## REFERÊNCIAS

- AMADO, João da Silva. **A construção da disciplina na escola: Suportes teórico-práticos**. Porto: Asa Editores, 2000.
- ANTUNES, Celso. **(In)Disciplina e (Des)motivação**. São Paulo: Paulus, 2012. (Didática).
- BARBOSA, Juliana Silveira Branco. **A importância da participação familiar para a inclusão escolar**. 2011. 45 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, Universidade de Brasília, Ipatinga, 2011. Disponível em: <[bdm.unb.br/bitstream/10483/2152/1/2011\\_Juliana\\_Silveira\\_Branco\\_Barbosa.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/2152/1/2011_Juliana_Silveira_Branco_Barbosa.pdf)>. Acesso em: 05 out. 2018.
- DEMO, Pedro. (2001). **Pesquisa: princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez.
- FERREIRA, Gilberto. **Aplicação da Pena**. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- FEVORINI, Luciana Bittencourt e LOMONACO, José Fernando Bitencourt. **O envolvimento da família na educação escolar dos filhos: um estudo exploratório com pais das camadas médias**. *Psicol. educ.* [online]. 2009, n.28, pp. 73-89.
- FOUCAULT, Michel. O nascimento do hospital. Em **Microfísica do Poder**. 22ª ed. Rio de Janeiro, Brasil: Graal. 2006.
- GOLBA, Mônica Aparecida de Macedo. Os Motivos da Indisciplina na Escola: A perspectiva dos alunos. In: ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 3. 2009, Curitiba. **Artigo**. Curitiba: PUCPR, 2009. pp. 9832 – 9842.
- KELLER, F.S. **Aprendendo a ensinar – Memórias de um professor universitário**. São Paulo: EPU. 1983.
- LOES, Luísa, **Brasil é campeão no quesito disciplina em sala de aula**. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/interessa/brasil-%C3%A9-campe%C3%A3o-no-quesito-indisciplina-em-sala-de-aula-1.1002486>>. Acesso em 2 de fevereiro de 2018
- NETO, Lauro, **Pesquisa mostra prejuízo ao ensino causado pela indisciplina no país**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/pesquisa-mostra-prejuizo-ao-ensino-causado-pela-indisciplina-no-pais-12185516>>. Acesso em 2 de fevereiro de 2018
- OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.
- PARRAT-DAYAN, Silvia. **Como enfrentar a indisciplina na escola**. São Paulo: Contexto, 2008.
- PINTO, Jorge ; SANTOS, Leonor. (2006). **Modelos de avaliação das aprendizagens**. Lisboa: Universidade Aberta.
- PASSOS, Arlei Ferreira. **Indisciplina: Falta de limites, violência e fracasso escolar**. São Paulo: Centauro, 2011.

REZENDE, Antônio Martinez de; BIANCHET, Sandra Braga. **Dicionário do Latim Essencial**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. 509 p.

SOUZA, Ana Maria Martis de; DEPRESBITERIS, Léa; MACHADO, Osny Telles Marcondes. **A Mediação como Princípio Educacional**: Bases Teóricas das Abordagens de Reuven Feuerstein. São Paulo: Senac São Paulo, 2004.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Indisciplina e disciplina escolar**: Fundamentos para o trabalho docente. São Paulo: Cortez, 2009.